

Curriculum vitae
do
Professor Doutor Fausto de Quadros

I – Dados pessoais

Fausto de Quadros é Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde ensina sobretudo Direito Administrativo (incluindo Direito Administrativo Europeu), Direito da União Europeia e Direito Internacional Público. É também Jurisconsulto, Árbitro e Advogado. Tem sido Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade Robert Schuman, de Estrasburgo. Tem nacionalidade portuguesa.

II – Carreira académica

Obteve sucessivamente, sempre em provas públicas, e na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, os graus e títulos de Licenciado em Direito, Mestre em Ciências Político-Económicas, Doutor em Direito, Professor Auxiliar, Professor Associado, Professor Agregado. Desde 1999 é Professor Catedrático.

Foi durante muitos anos Investigador no Instituto Max-Planck para o Direito Público Comparado e o Direito Internacional e nos Institutos de Direito Público e Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de Munique

Deu aulas ou fez parte de júris académicos, incluindo em matérias ligadas à Arbitragem, em Faculdades de Direito de Universidades da França, Alemanha, Espanha, Itália, Áustria, Estados Unidos, Canadá, Holanda, Dinamarca, Brasil, Índia, China e Angola. Nos últimos quatro casos ocupou-se sobretudo do contexto do investimento na União Europeia e das relações de Comércio com a América Latina e com a Ásia na sequência das inovações do Tratado de Lisboa.

III – Atividade como Jurisconsulto, Consultor e Advogado

É regularmente consultado por Estados e empresas estrangeiras em matérias de Direito Administrativo, Direito Internacional, Direito Europeu, Investimento estrangeiro e Arbitragem. Por exemplo, foi consultado pelo Parlamento da Áustria sobre a preparação da sua adesão às então Comunidades Europeias, e pela República da Polónia sobre a adaptação do seu sistema jurídico ao Estado de Direito depois da sua democratização no final dos anos 80.

Participou na elaboração de algumas das mais importantes Leis aprovadas após a restauração da Democracia em Portugal. Atualmente preside à Comissão designada pelo Governo para rever o Código de Procedimento Administrativo, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos. Neste último diploma modificou-se o regime jurídico da arbitragem em Direito Administrativo.

Tem sido Advogado em processos nacionais e internacionais regidos pelo Direito nacional, pelo Direito Internacional e pelo Direito Europeu, inclusive no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, no Tribunal de Justiça da União Europeia e em tribunais arbitrais.

IV – Atividade como Árbitro

Tem sido designado regularmente para Árbitro em processos tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi Árbitro do Tribunal Arbitral *ad hoc* do Mercosul, por indicação do Brasil. Foi proposto pelo Estado Português para Árbitro da União Europeia no Tribunal de Recurso da Organização Mundial do Comércio. Tem sido Árbitro ou Advogado em muitas importantes arbitragens em que têm estado em causa, nomeadamente, as seguintes matérias: contratos nacionais e internacionais, públicos e privados, nomeadamente de empreitada e de concessão, parcerias público-privadas, empresas públicas e privadas, Direito Internacional e Europeu do investimento estrangeiro, nacionalizações, privatizações e expropriações (inclusive expropriações indiretas, traduzidas em onerações substanciais de contratos ou direitos patrimoniais), Direito da Concorrência e da Regulação, Direito Bancário, Direito da Saúde, Direito da Energia (Eletricidade, Petróleo e Gás), Direito do Ambiente, Direito dos Jogos de Fortuna ou Azar.

Está nas listas de Árbitros da CCI, da OMC, da APA e do CAAD. É associado do Comité Brasileiro de Arbitragem (CBAr), da Associação Portuguesa de Arbitragem (APA) e do Centro Angolano de Arbitragem (CAA).

Indicam-se de seguida algumas das mais importantes arbitragens em que interveio como Árbitro. Quando não for referido de modo diferente, arbitragens que tiveram a sua sede em Portugal, estiveram sujeitas ao Direito português e tiveram a língua portuguesa como língua de trabalho:

1989-1997: litígio entre empresa fornecedora de energia elétrica em Portugal e um município sobre o contrato de fornecimento e sobre os preços que a empresa estava a cobrar àquele município. Montante do litígio: 20 milhões de euros (à data do litígio). Foi Árbitro indicado pelo município para um tribunal arbitral de três árbitros. Matérias envolvidas no litígio: incumprimento do contrato, cláusula *rebus sic stantibus*, Direito da Energia Elétrica.

- 1992-1993: litígio entre duas entidades bancárias sobre a venda de um banco privado na qual houve um erro no prospeto. Montante: 50 milhões de euros. Foi Presidente do Tribunal Arbitral com três Árbitros. Matérias: contratos nacionais e internacionais, Direito Bancário, Direito Civil e Comercial, Direito Administrativo.

- 1993-1994: litígio entre um consórcio britânico e o Estado Português por força da expropriação de muito extensas propriedades agrícolas do consórcio no Alentejo no quadro da reforma agrária levada a cabo pelo Estado Português em 1974-75. Montante: 100 milhões de euros. Foi o Árbitro indicado pelo consórcio privado e pelo Governo britânico para um tribunal de três árbitros. Línguas da arbitragem: português e inglês. Matérias: expropriações de investimento e propriedade estrangeiros sem indemnização ou com indemnização reduzida, expropriações diretas e indiretas, nomeadamente de direitos patrimoniais, incumprimento de contratos internacionais, responsabilidade extracontratual nacional e internacional do Estado Português por atos lícitos e ilícitos.

- 1995-2000: litígio entre um consórcio privado internacional e o Estado Português acerca de um contrato *project finance* de empreitada de obra pública para a construção de uma barragem no Alentejo com um sistema de rega, envolvendo milhares de hectares. Montante do litígio: 150 milhões de euros. Foi Árbitro indicado pelo consórcio privado para um tribunal de três árbitros. Matérias: empreitada de obras públicas, Direito do Urbanismo e do Ambiente, aumento dos custos da empreitada devido a trabalhos a mais e reposição do equilíbrio financeiro, vícios do Estado na supervisão da execução do contrato, risco do contrato, exceção de incompetência do tribunal arbitral. A sentença está publicada: Diogo Freitas do Amaral, Fausto de Quadros e Vieira de Andrade, *Empreitadas de obras públicas*, Coimbra, Almedina, 2001.

- 2002-2004: litígio entre um um consórcio privado internacional e o Estado Português quanto à gestão pelo consórcio, e através de um contrato de concessão, de um grande hospital público. Montante do litígio: 100 milhões de euros. Foi o Árbitro indicado pelo Estado para um tribunal de três árbitros. Matérias: Direito Civil, Direito Administrativo, contrato público de concessão de serviço público, gestão de um hospital público por privados, incumprimento do contrato de concessão, vícios na supervisão pelo Estado do cumprimento do contrato, responsabilidade contratual do Estado e do contraente privado.
- 2004-2005: litígio entre um consórcio privado internacional e o Estado Português acerca do aumento do custo de execução de um contrato *project finance* de empreitada de obra pública e de concessão de obra pública. Montante do litígio: 49 milhões de euros. Foi Árbitro indicado pelo consórcio para um tribunal de três árbitros. Matérias: empreitada de obra pública, contrato de concessão, cláusula *rebus sic stantibus*, incumprimento do contrato, risco do contrato, erro na interpretação e na execução do contrato.
- 2007-2010: litígio entre uma empresa multinacional privada, parte num consórcio internacional, e um Estado estrangeiro, relativo a um contrato de empreitada de obra pública num grande porto da Ásia. Montante do litígio: 200 milhões de euros. Foi o Árbitro indicado pela empresa privada para um tribunal de três árbitros. Sede da arbitragem: Genebra. Direito da arbitragem: Direito suíço. Língua da arbitragem: inglês. Matérias: Direito Internacional Privado, Direito Comercial, contrato de empreitada de obra pública, relações entre o Direito nacional o Direito do Comércio internacional, incumprimento de contratos internacionais, interferência pelo Estado num contrato, expropriação indirecta, nomeadamente expropriação de direitos contratuais.
- 2010-2011: litígio entre uma empresa pública e um consórcio privado internacional quanto a uma empreitada de obra pública para o fornecimenro e abastecimento de água no sul de Portugal. Montante do litígio: 50 milhões de euros. Foi Presidente do tribunal arbitral de três árbitros. Matérias: empreitada de obras públicas, interpretação do contrato, modificação unilateral do contrato pelo contraente público, cláusula *rebus sic stantibus*.
- 2014-2015: litígio entre o Estado e uma empresa de locação de aviões e helicópteros para o combate de incêndios. Montante do litígio: 3 milhões de euros. Foi Árbitro indicado pelo Estado para um tribunal arbitral de três árbitros. Matérias: violação do contrato, sanções administrativas ao contraente privado, Direito Aéreo,

V – Publicações

É autor de cerca de duas centenas de publicações, entre dissertações, monografias, artigos em enciclopédias e revistas, publicados em Portugal, na Alemanha, em França, em Espanha, na Itália, no Reino Unido, na Bélgica, na Holanda, no Brasil, na Áustria, na Índia, na Argentina e em Angola.

VI - Publicações e palestras com relevância para a Arbitragem

A – Publicações mais importantes com interesse para a Arbitragem:

1 – A protecção da propriedade privada pelo Direito Internacional Público, Coimbra, Almedina, 1998 (com um sumário em inglês). Esta monografia ocupa-se da protecção internacional da propriedade privada e do investimento e inclui o exame de muitas decisões de tribunais arbitrais internacionais, inclusive do CIRDI (ICSID). Tem sido citada pela doutrina nacional e estrangeira e por sentenças arbitrais internacionais.

- 2 – *Empreitadas de obras públicas*, em co-autoria com Freitas do Amaral e Vieira de Andrade, Coimbra, Almedina, 2001.
- 3 – *Act of State Doctrine*, in Rüdiger Wolfrum (dir.), *Max-Planck Encyclopedia of Public International Law*, 12 vols., vol. I, Oxford, Oxford University Press, 2012.
- 4 – *Contencioso da União Europeia*, em co-autoria com Ana Maria Martins, Coimbra, 2ª. ed., Almedina, 2007.
- 5 – *EU Energy Law after the Lisbon Treaty*, Catholic University of America and the Columbus Law School, Washington, 2014.
- 6 - *A responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública*, director, Coimbra, Almedina, 2ª ed., 2004.
- 7 – *O novo regime do investimento estrangeiro e da arbitragem internacional na União Europeia após o Tratado de Lisboa*, in *Estudos em homenagem a Luiz Olavo Baptista*, São Paulo, 2014.
- 8 – *Linhas gerais da reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem*, in *Revista de Arbitragem e Conciliação*, 2014.
- 9 – *Direito Global, investimento estrangeiro e arbitragem internacional*, in *Estudos Celso Lafer*, São Paulo, 2013.
- 10 – *Global Law, Plural Constitutionalism and Global Administrative Law*, in Javier Robalino-Orellana e Jaime Rodriguez-Arana Muñoz, *Global Administrative Law – Towards a Lex Administrativa*, Londres, 2010.
- 11 – *A arbitragem em Direito Administrativo: novos desafios*, in *Estudos José Luis Meilán Gil*, Madrid, 2014.
- 12 – *A arbitragem em Direito Administrativo*, in Nuno de Villa-Lobos e Mónica Brito Vieira (org.), *Mais Justiça Administrativa e Fiscal - Arbitragem*, Coimbra, 2010.
- 13 – *Arbitragem “necessária”, “obrigatória”, “forçada”: breve nótula sobre a interpretação do artigo 182º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Estudos Miguel Galvão Teles, Coimbra, 2012.
- 14 – *Les privatisations au Portugal et l’intégration européenne*, in *La revue – Actualités des Services Publics en Europe*, Paris, 1996.

B – Mais recentes palestras sobre Arbitragem:

- 1 - *The interferences by the State in energy contracts – consequences for Arbitration*, proferida no Instituto de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Viena, Março de 2014.
- 2 – *Arbitragem em Direito Público*, proferida na Conferência Internacional sobre a Comparação entre a Arbitragem em Portugal e em Angola, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Julho de 2014.
- 3 – *A arbitragem no Projeto do Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, proferida na Conferência da CCI de Portugal, Outubro de 2014.
- 4 – *L’Union européenne et le défi de la globalisation*, proferida na Universidade de Genebra, Outubro de 2014.
- 5 – *Transparência e critérios de designação dos Árbitros (“Transparency and requirements of nomination of Arbitrators”)*, proferida na Câmara de Arbitragem de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, Novembro 2014.
- 6 – *Estado, empresas e arbitragem*, proferida na cerimónia de inauguração do Centro Angolano de Arbitragem, em Luanda, Dezembro de 2014.

7 – Principais alterações ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, proferida no Centro de Estudos Judiciários, Fevereiro de 2015.

VII – Línguas

É fluente em português, inglês, alemão, francês e castelhano. É menos fluente em italiano.

VIII – Contactos

Av. Álvares Cabral, 84, 2. Dto.
1250 – 018 Lisboa, Portugal
Tel.: (351) 21 3703600
Fax: (351) 21 3882554
Tm.: (351) 969033916

Fevereiro de 2015.